

**RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS**

2025

**CONFEDERAÇÃO
BRASILEIRA DE
HIPSIMO**





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2025 E 2024**

**CONFEDERAÇÃO
BRASILEIRA DE
HIPISMO**



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH

Conteúdo:

1- Relatório dos auditores independentes

2- Balanços patrimoniais

3- Demonstrações de resultados

4- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

5- Demonstrações dos fluxos de caixa

6- Notas explicativas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Presidente e Diretores

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH** em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial para as Entidade Desportiva Profissional ITG-2003; Entidades Sem Fins Lucrativos ITG-2002; e a NBC-TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por nós, com emissão de relatório em 12 de março de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades do setor público, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive quanto às análises dos controles internos, fornecendo relatórios trimestrais, visando mitigar eventuais deficiências significativas nos controles internos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2026.

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20
SERGIO PAULO DA SILVA
Contador CRC-RJ 087960/O-0 – CNAI 6519
SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

Balanços Patrimoniais

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

ATIVO	NOTA	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	NOTA	2025	2024
Circulante	4	6.572.932,94	4.572.914,79	Circulante	12	5.066.288,87	3.752.591,34
Bancos C/C - Sem Restrição	5	7,00	90,27	Fornecedores Nacionais	13	49.354,39	42.860,32
Aplicações Financeiras - Sem Restrição	6	2.879.061,83	1.508.637,14	Obrigações Previdenciárias	14	265.242,22	170.636,10
Bancos C/C - Com Restrição	7	17.526,35	1.858,87	Obrigações com Pessoal	15	21.001,42	5.418,87
Aplicações Financeiras - Com Restrição	7	3.362.948,91	2.828.051,35	Provisão de Férias		114.892,32	106.469,87
Clientes a Receber	8	138.159,96	78.000,82	Recursos Públicos - Com restrição	16	3.381.757,53	2.487.748,43
Mensalidades	8	21.080,00	14.627,29	Recursos de Terceiros	17	1.075.201,03	896.348,84
Adiantamentos		39.256,57	35.179,18	Receitas Futuras	18	158.839,96	43.108,91
Provisão de Férias	9	114.892,32	106.469,87				
Não Circulante	10	361.467,70	1.237.630,97	Não Circulante	19	198.169,71	1.128.361,91
Imobilizado Líquido - RP	11	163.297,99	73.751,23	Receitas Futuras - Imobilizado Rec. Loterias (COB)		175.693,10	126.592,81
Imobilizado Líquido - Com Restrição - Rec. Loterias	11	99.448,04	77.345,82	Receitas Futuras - Imobilizado CPB		22.476,61	1.001.769,10
Imobilizado Líquido - Com Restrição - CPB	11	22.476,61	1.001.769,10				
Bens em poder de Terceiros - Com Restrição - Rec. Loterias	11	76.245,06	84.764,82	Patrimônio Líquido	20	1.669.942,06	929.592,51
Intangível líquido	11	-	-	Patrimônio Próprio		309.064,56	309.064,56
				Superávit Acumulado		620.527,95	903.082,46
				Reavaliação de Anos Anteriores	21	(200.570,31)	(863.696,10)
				Superávit ou Déficit do Exercício		940.919,86	581.141,59
Total do Ativo		6.934.400,64	5.810.545,76	Total do Passivo		6.934.400,64	5.810.545,76

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO
Demonstração dos Resultados do Exercício
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024
Recursos COB	10.685.858,48	10.212.374,84
Manutenção da Entidade	1.935.624,51	1.563.290,72
Preparação Técnica	3.028.088,70	2.595.043,08
Fomento Modalidade	5.722.145,27	6.054.041,04
Recursos CPB	3.220.631,32	3.255.568,81
Manutenção da Entidade	1.210.588,19	622.600,78
Fomento Modalidade	1.682.355,28	2.410.946,75
Manutenção e Locomoção de Atletas	327.687,85	222.021,28
Recursos Próprios	5.673.892,79	4.700.503,06
Atletas	404.356,80	217.753,29
Animais	3.374.850,43	2.505.104,40
Taxa realização concursos	1.708.236,89	1.331.624,14
Mensalidades das Federações	166.648,67	404.869,75
Receitas Diversas	19.800,00	241.151,48
Recursos de Terceiros	5.251.406,42	2.985.157,71
Patrocínios	357.988,00	1.568.246,68
Receitas de Representação	4.589.827,32	1.004.348,40
Receitas Multas e Juros FEI	44.661,20	64.299,50
Receitas FEI	258.929,90	348.263,13
Receitas Diversas	1.716.799,23	201.254,31
Superávit Bruto	26.548.588,24	21.354.858,73
Despesas Esportivas	14.143.779,48	12.878.286,83
Estrutura Esportiva	2.716.157,00	1.990.135,50
Premiação Eventos	731.004,01	683.482,00
Inscrições Eventos	665.706,28	599.367,98
Despesas Eventos Esportivos	10.030.912,19	9.605.301,35
Despesas Operacionais Esportivas	3.495.006,75	1.488.130,38
Atletas	394.824,26	320.744,58
Animais	357.817,22	249.427,54
Despesas Técnicas	1.246.445,15	849.773,13
Entidades	187.368,76	68.185,13
Despesas com Pessoal	631.244,88	-
Despesas Tributárias	677.306,48	-
Despesas com Pessoal	2.469.981,69	2.668.672,63
Despesas com Colaboradores	2.080.755,52	2.276.877,28
Despesas Sociais	389.226,17	391.795,35
Despesas Operacionais	5.737.772,55	3.718.528,63
Despesas Gerais	2.364.588,52	1.118.826,17
Despesas com Terceiros	2.738.448,13	1.840.966,93
Despesas com Viagens	257.838,26	292.036,76
Despesas Tributárias	376.897,64	466.698,77
Despesas Não Operacionais	37.345,50	12.653,85
Despesas Exercícios Anteriores	37.345,50	12.653,85
Total das Despesas	25.883.885,97	20.766.272,32
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	664.702,27	588.586,41
Resultado Financeiro Líquido	276.217,59	(7.444,82)
Superávit do Exercício	940.919,86	581.141,59

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024
Superávit do exercício	940.919,86	581.141,59
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do Superávit abrangente do exercício	940.919,86	581.141,59

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO
Demonstração da Muta  o do Patrim  nio Líquido
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Patrim��nio Social	Resultado Acumulado	Superávit/Déficit	Patrim��nio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	309.064,56	1.062.991,42	1.016.719,00	2.388.774,98
Incorporac��o do Superávit do Exercício	-	1.016.719,00	(1.016.719,00)	-
Incorporac��o da Reavaliac��o ao Resultado Acumulado		(1.176.627,96)		(1.176.627,96)
Reavaliac��o de Anos Anteriores		(863.696,10)		(863.696,10)
Superávit do Exercício	-		581.141,59	581.141,59
Saldos em 31 de dezembro de 2024	309.064,56	39.386,36	581.141,59	929.592,51
Incorporac��o do Superávit do Exercício	-	581.141,59	(581.141,59)	-
Incorporac��o da Reavaliac��o ao Resultado Acumulado		-		-
Reavaliac��o de Anos Anteriores		(200.570,31)		(200.570,31)
Superávit do Exercício	-		940.919,86	940.919,86
Saldos em 31 de dezembro de 2025	309.064,56	419.957,64	940.919,86	1.669.942,06

As notas explicativas são partes integrante das demonstra  es financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2025	31/12/2024
Superávit do exercício	940.919,86	581.141,59
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades Geradas pelas atividades operacionais dos itens que não afetam o caixa		
Depreciação líquida do exercício	55.153,24	399.964,30
Ajuste em resultados acumulados	(200.570,31)	(863.696,10)
Ganhos na venda de imobilizado	(292.887,59)	
Déficit Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro	502.615,20	117.409,79
Variações no ativo (Aumento) Redução:	886.598,34	(1.180.452,28)
em Títulos e valores mobiliários	-	-
em Contas a Receber	(70.689,24)	89.897,33
em Provisão de Férias	(8.422,45)	(106.469,87)
em Ativo Imobilizado com Restrição	965.710,03	(1.163.879,74)
Variações no passivo (Aumento) Redução:	383.505,33	1.638.807,54
em Fornecedores	6.494,07	(379.269,36)
em Obrigações Previdenciárias	94.606,12	(11,15)
em Obrigações com Pessoal	24.005,00	59.504,90
em Recursos Públicos	894.009,10	41.392,12
em Recursos de Terceiros	178.852,19	876.691,50
em Receitas Futuras	115.731,05	(87.862,38)
em Receitas Futuras Não Circulante de Bens do Ativo Imobilizado (C)	(930.192,20)	1.128.361,91
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.772.718,87	575.765,05
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2.219.071,99	(47.928,40)
Aquisições de ativo imobilizado	(144.700,00)	(47.928,40)
Recebimento pela venda de Ativo Imobilizado (Semovente)	2.363.771,99	-
Atividade de Financiamento		
Devolução Saldo CPB - Venda Semovente	(2.070.884,40)	-
Caixa Líquido Gerado (consumido) nas Atividades de Financiamento	(2.070.884,40)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	1.920.906,46	527.836,65
Saldo das disponibilidades no Início do Período	4.338.637,63	3.810.790,98
Saldo das disponibilidades no Fim do Período	6.259.544,09	4.338.637,63
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO	1.920.906,46	527.846,65

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Confederação Brasileira de Hipismo ("CBH" ou "entidade"), é entidade integrante do Sistema Desportivo Nacional, sem fins lucrativos, constituída com prazo indeterminado de duração e com caráter desportivo. Sua finalidade é desenvolver e difundir o esporte equestre no Brasil em conjunto com as federações regionais, bem como regulamentar, supervisionar, administrar, dirigir, assim como representar o hipismo brasileiro nas competições nacionais e internacionais, acompanhar o desempenho e atuação das seguintes federações filiadas diretamente à CBH:

1. Federação Amazonense de Hipismo	FAHI
2. Federação Catarinense de Hipismo	FCH
3. Federação Equestre de Alagoas	FEA
4. Federação Equestre de Pernambuco	FEP
5. Federação Equestre do Ceará	FEC
6. Federação Equestre do Pará	FEEP
7. Federação Equestre do Rio de Janeiro	FEERJ
8. Federação Equestre Paraibana	FEPA
9. Federação Gaúcha de Esportes Equestres	FGEE
10. Federação Hípica da Bahia	FHB
11. Federação Hípica de Brasília	FHBr
12. Federação Hípica de Goiás	FEHGO
13. Federação Hípica de Minas Gerais	FHMG
14. Federação Hípica de Sergipe	FHS
15. Federação Hípica do Espírito Santo	FHES
16. Federação Hípica do Mato Grosso	FHMT
17. Federação Paranaense de Hipismo	FPrH
18. Federação Paulista de Hipismo	FPH
19. Federação Sul Matogrossense de Hipismo	FSMH
20. Federação Norte Riograndense de Hipismo	FHRGH

Temos ainda como entidades vinculadas à CBH:

1. Comissão do Desporto do Exército	CDE
2. Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo	ABCCH

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada no dia 25 de novembro de 2024, foi eleito como Presidente o Sr. Constantino Scampini e Vice-Presidente o Sr. Daniel Cesar Maranhão khury, para o quadriênio de 2025-2028.

1.1. Atividades da CBH

A Confederação Brasileira de Hipismo - CBH tem por objetivo a promoção do esporte equestre no Brasil por meio de implementação de projetos e eventos esportivos, com representação em todo o território nacional através das Federações Regionais que lhes são filiadas. Fora do país, a CBH participa de competições representando o Brasil nas 9 modalidades desenvolvidas no país.

A CBH é filiada ao Comitê Olímpico do Brasil - COB, ao Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e às entidades internacionais Federação Equestre Internacional - FEI e Confederação Equestre Pan Americana - PAEC.

O desporto brasileiro, no âmbito das práticas formais, é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, que deverão ser aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme estabelecido no § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

Para obtenção de apoio técnico-financeiro das entidades acima referidas, todos os projetos desenvolvidos pela CBH são submetidos formalmente ao COB e CPB para a aprovação e execução. Após o término de execução dos projetos, a CBH submete as prestações de contas de cada um dos projetos para aprovação.

Nos casos em que os recursos advindos de projetos incentivados foram utilizados de forma parcial, ou mesmo, no caso de não utilização dos recursos depositados, na ocasião das prestações de contas, os recursos recebidos são devolvidos às entidades, atualizados monetariamente.

Os apoios técnico-financeiros ocorrem por meio da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo Piva). Esta lei estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do País sejam repassados ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

O COB possui regulamentos a partir dos quais as verbas oriundas da Lei Agnelo Piva são repassadas às Confederações Brasileiras Olímpicas conforme rigorosos critérios técnicos. Os recursos só poderão ser utilizados para os seguintes propósitos:

- (i) Programas de projetos de fomento;
- (ii) Desenvolvimento e manutenção do desporto;
- (iii) Formação de recursos humanos;
- (iv) Preparação técnica;
- (v) Remuneração de Dirigentes Estatutários;
- (vi) Manutenção de atletas;
- (vii) Participação em eventos esportivos.

A CBH possui todas as certificações e certidões necessárias para a manutenção dos repasses originários da Lei Agnelo Piva bem como de convênios, valores estes de suma importância para a manutenção do hipismo brasileiro. Vale ressaltar que a definição das verbas advindas da Lei Agnelo Piva terá com peso importante as práticas de Gestão da CBH, que hoje são analisadas mensalmente através de reporte ao COB e CPB.

1.2. Aspectos Técnicos da CBH

A CBH encarrega-se da aprovação e acompanhamento técnico dos Concursos e Campeonatos que consta do seu calendário oficial. A gestão na aprovação do calendário sugere que, pelo menos, cada região brasileira receba uma competição oficial, a aprovação do calendário fica a cargo do Conselho de Administração. Além disso, é sua tarefa acompanhar e supervisionar os atletas brasileiros que participam de provas qualificativas ou seletivas para a participação das equipes brasileiras nos campeonatos Sul-Americanos, Pan-Americanos, Americanos, Copa das Nações, Mundial, Olimpíadas e Paraolimpíadas, em todas as suas modalidades e categorias. A CBH é responsável por todo o trabalho técnico e logístico relacionado à participação das equipes brasileiras nos campeonatos citados.

A Confederação não efetua o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, por entender estar isenta dessas obrigações, com base no artigo 150, da Constituição Federal, da Lei nº 9.532/97 e no Ato Declaratório Normativo CTS nº 17/90, para isto suas mantem as suas receitas oriundas do exercício de sua atividade fim.

1.3. Aspectos fiscais

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei no 9.532, cujos principais aspectos de interesse da CBH estão apresentados a seguir:

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção a retenção do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- ✓ Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- ✓ Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

- ✓ Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- ✓ Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- ✓ Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes;
- ✓ Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

(ii) Renúncia Fiscal

A Administração da Entidade avaliou a mensuração e divulgação de valores da renúncia fiscal que a isenção de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido propiciam a CBH, concluindo este tema como impraticável.

Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

A presente demonstração contábil será submetida para aprovação pelo Conselho Fiscal, de Administração e Assembleia Geral após a apresentação ao presidente da CBH.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Confederação, inclusive as notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 (CPC PME) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Direitos e obrigações

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até 12 meses subsequentes à data do balanço são considerados como ativo e passivo circulantes. Os demais direitos e obrigações são classificados como não circulantes.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações com liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.3. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado, caixa restrito e recebíveis. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido.

A principal aplicação está apresentada por cotas de Fundo de Investimento não exclusivo, classificados na ANBIMA como fundos de curto prazo e baixo risco. A Confederação não tem gerência ou influência na composição da carteira ou na aquisição e venda dos papéis componentes da referida carteira, que poderiam conter papéis com certa volatilidade na taxa de juros, consequentemente, não atende a todos os requisitos do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa para classificação como equivalente de caixa. Em função do processo de aprovação da utilização dos recursos ser de responsabilidade do Ministério da Cidadania, COB e CPB estes título e valores mobiliários está sendo classificado como caixa restrito.

3.4. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber estão representadas, principalmente, pelas mensalidades e parcelamentos de qualquer natureza a receber das Federações Regionais, registradas

pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando relevante, além de taxas e serviços prestados pela CBH.

Conforme política de contas a receber, os valores vencidos a mais de 180 dias, sem que ocorram negociações, são transferidos para conta específica.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pela contraparte, de que a Confederação não será capaz de cobrar todos os montantes devidos de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

3.5. Imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Confederação, registrado pelo seu custo histórico de aquisição deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens tendo o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em 2024 foi realizado inventário físico na sede da CBH.

3.6. Intangível

Representado por software em uso, demonstrado pelo valor do custo, deduzido de amortização calculada pelo método linear, considerando-se as taxas aplicáveis.

3.7. Redução do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum indicativo de perda foi identificado pela Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

3.8. Provisões para contingências

A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos e constitui provisão, sempre que julgado necessário, para fazer face às prováveis perdas decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus assessores jurídicos com relação à expectativa de êxito de cada processo, assim a Confederação, por não possuir nenhuma causa jurídica com prognóstico de perda provável, não efetuou nenhum registro. Foram realizadas provisões de processos administrativos cujos valores já foram identificados e que estão em fase de comprovação para efetuar os respectivos pagamentos.

3.9. Apuração do resultado

As receitas e as despesas de qualquer natureza são registradas com base no regime de competência, o qual leva em consideração o fato gerador do evento e/ou da transação.

Receitas oriundas de recursos de convênios firmados com entidades Governamentais no âmbito Federal são registrados em contas correntes individuais e específicas em contrapartida a conta de recebimento de recursos públicos (no passivo circulante) e são apropriadas ao resultado (receita) à medida que são incorridas as despesas relacionadas aos respectivos convênios. Ao final do projeto caso haja saldo não utilizado, o mesmo é devolvido ao órgão concedente, baixando-se contabilmente a obrigação registrada.

Eventuais glosas possíveis de serem identificadas após a prestação de contas pela Confederação, mas ainda em processo de análise pelos órgãos e entidades responsáveis pelo processo de verificação e aprovação dos respectivos gastos, só serão reconhecidas quando da conclusão das análises das prestações de contas em aberto, valores estes que estão sendo considerados como despesas no ato da devolução dos recursos.

3.10. Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS

Em atendimento à legislação vigente para as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, a Confederação contribui para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, o qual é registrado como despesas gerais e administrativas, obedecendo ao regime de competência.

3.11. Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos quando a Confederação for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis ou a emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.12. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a entidade use julgamento na determinação e registro das estimativas contábeis. A CBH revisa as estimativas e premissas anualmente.

4. Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o Ativo Circulante da Confederação apresentou um aumento de 43,74% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 2.000.018,15. Este incremento decorre, primordialmente, dos seguintes fatores:

Disponibilidades e Equivalentes de Caixa: Aumento na geração de caixa operacional em recursos próprios

Tabela Comparativa

Conta	2025	2024	Variação (%)
Caixa e Equivalentes - Recursos Próprios	2.879.068,83	1.508.727,41	90,83%
Caixa e Equivalentes - Recursos Restritos	3.380.475,26	2.829.910,22	19,46%
Clientes a Receber	138.159,96	78.000,82	77,13%
Mensalidades	21.080,00	14.627,29	44,11%
Adiantamentos	39.256,57	35.179,18	11,59%
Provisão de Férias - Conta Equilíbrio	114.892,32	106.469,87	7,91%
Total Circulante	6.572.932,94	4.572.914,79	43,74%

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de bancos está representado basicamente por saldos em contas bancárias referentes aos recursos próprios, originados para as atividades próprias da Entidade, mantidos em contas correntes exclusivas para este fim junto ao Banco do Brasil e Itaú, cuja intenção de resgate não excede 90 dias.

	2025	2024
Bancos c/movimento - Recursos Próprios	7,00	90,27
Total	7,00	90,27

6. Títulos e Valores Mobiliários – Sem Restrição

As aplicações financeiras referem-se à Fundos de Investimento de Renda Fixa, classificados na ANBIMA como fundos de baixo risco e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Títulos de Capitalização contratados junto a entidades financeiras de primeira linha e possuem liquidez imediata, sendo remuneradas essencialmente com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	2025	2024
Aplicações - Recursos Próprios	2.879.061,83	1.508.637,14
Total	2.879.061,83	1.508.637,14

7. Títulos e Valores Mobiliários – Com Restrição

Os recursos apresentados nessa rubrica são recursos com destinação específica para projetos vinculados a Convênios juntos ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e Secretaria Especial do Esporte (SEE) cuja utilização é restrita e destinada apenas para custeio dos respectivos projetos vinculados. Destacamos que as contas bloqueadas são valores originados do Ministério dos Esportes -SEE. Trata-se, portanto, de resíduos / saldos de contas de projetos de Lei de Incentivo ao Esporte, captados e não utilizados em sua totalidade. Os valores estão aplicados e serão integralmente devolvidos à UNIÃO após demanda por parte do Ministério, assim como o rendimento das mesmas.

	2025	2024
Bancos c/movimento - Recursos Loterias	17.526,35	1.858,87
Aplicações - Recursos Loterias	950.280,59	1.192.364,47
Aplicações - CPB	485.452,40	342.494,54
Aplicações - Lei de Incentivo ao Esporte	500.638,15	-
Aplicações - Lei de Incentivo ao Esporte - Bloqueadas	721.119,50	652.151,99
Aplicações - Contas Bloqueadas Ministério do Esporte	705.458,27	641.040,35
Total	3.380.475,26	2.829.910,22

8. Contas a Receber

Os recebíveis são representados pelas mensalidades correntes, parcelamentos de recebíveis relacionados a confissões de dívidas negociadas com as Federações regionais, recebíveis em atrasos e de taxas e serviços prestados pela CBH.

	2025	2024
Mensalidades	21.080,00	14.627,29
Clientes a Receber (Remessas e Acordos)	138.159,96	78.000,82
Total	159.239,96	92.628,11

9. Provisão de Férias – Conta de Equilíbrio (Ativo)

Provisão decorrente dos projetos cobertos por recursos do COB e do CPB que não geraram disponibilidade financeira. Desta forma são valores a receber do Comitê Olímpico do Brasil e Comitê Paralímpico Brasileiro.

10. Ativo Não Circulante

Durante o exercício social de 2025, o Ativo Não Circulante, que é representado apenas por Imobilizado Líquido, apresentou uma redução significativa, totalizando R\$ 876.163,27. Essa variação é explicada substancialmente pela venda do cavalo **IRISH COFFEE** (nota 11), classificado como semovente.

Conta	2025	2024	Variação (%)
Imobilizado líquido - RP	163.297,99	73.751,23	121,42%
Imobilizado líquido - Com Restrição - Rec. Loterias	99.448,04	77.345,82	28,58%
Imobilizado líquido - Com Restrição - CPB	22.476,61	1.001.769,10	-97,76%
Bens em poder de Terceiros - Com Restrição - Rec. Loterias	76.245,06	84.764,82	-10,05%
Total Não Circulante	361.467,70	1.237.630,97	-70,79%

11. Imobilizado

A Confederação revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. A CBH entendeu que as vidas úteis utilizadas nos exercícios de 2025 e de 2024 representam adequadamente as vidas úteis econômicas de seus bens e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas, não identificando assim indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seu imobilizado.

Bens sem Restrição - Recursos Próprios					
Contas	Custo	Depreciação	Valor	Valor	Taxas
	31.12.2025	Acumulada 31.12.2025	Residual 31.12.25	Residual 31.12.24	
Edificações	344.268,97	(304.689,74)	39.579,23	43.976,99	4%
Terrenos	21.974,61	-	21.974,61	21.974,61	-
Computadores e Periféricos	30.214,91	(29.218,14)	996,77	2.410,01	10%
Móveis e Utensílios	58.504,64	(54.656,87)	3.847,77	4.294,17	10%
Máquinas e Equipamentos	1.517,15	(573,38)	943,77	1.095,45	10%
Veículos	121.938,48	(25.982,64)	95.955,84	-	20%
Total	578.418,76	(415.120,77)	163.297,99	73.751,23	

Bens com Restrição - Recursos Loterias (COB)

<u>Contas</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Taxas</u>
	<u>31.12.2025</u>	<u>Acumulada</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.25</u>	<u>31.12.24</u>	
Computadores e Periféricos	145.188,83	(110.970,63)	34.218,20	48.186,20	10%
Máquinas e Equipamentos	70.664,98	(12.325,79)	58.339,19	21.365,73	10%
Móveis e Utensílios	9.035,00	(2.144,35)	6.890,65	7.793,89	10%
Total	224.888,81	(125.440,77)	99.448,04	77.345,82	

Bens com Restrição - CPB

<u>Contas</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Taxas</u>
	<u>31.12.2025</u>	<u>Acumulada</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.25</u>	<u>31.12.24</u>	
Computadores e Periféricos	31.504,96	(9.028,35)	22.476,61	28.777,81	10%
Semoventes – Equinos*	-	-	-	972.991,29	20%
Total	31.504,96	(9.028,35)	22.476,61	1.001.769,10	

* Em 14 de fevereiro de 2025, a Confederação realizou a alienação do semovente integrante do seu ativo, cujo investimento inicial foi viabilizado através de recursos descentralizados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). A venda foi concretizada pelo valor de mercado de R\$ 2.363.771,99.

Para fins de apuração do resultado e em conformidade com as diretrizes de transparência na gestão de recursos públicos/parceiros, o valor original de aquisição do animal foi atualizado monetariamente utilizando-se o IPCA.

Esta atualização visa garantir a recomposição do poder de compra do capital inicialmente investido, assegurando que a devolução ao órgão fomentador (CPB) fosse realizada de forma integral e corrigida.

A operação resultou em um ganho de capital líquido para a Confederação de R\$ 292.887,59.

O montante referente ao custo de aquisição corrigido foi integralmente restituído ao CPB, no dia 28/03/2025, permanecendo o superávit de R\$ 292.887,59 no patrimônio desta Confederação para aplicação em suas finalidades estatutárias.

Bens em Poder de Terceiros com Restrição - Recursos Loterias (COB)

<u>Contas</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Taxas</u>
	<u>31.12.2025</u>	<u>Acumulada</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.25</u>	<u>31.12.24</u>	
Máquinas e Equipamentos	85.200,00	(8.954,94)	76.245,06	84.764,82	10%
Total	85.200,00	(8.954,94)	76.245,06	84.764,82	

12. Passivo Circulante

O Passivo Circulante totalizou R\$ 5.066.288,87 em 2025, representando um aumento de aproximadamente 35% em relação ao saldo de 2024 (R\$ 3.752.591,34). As principais movimentações foram:

- Recursos Públicos com Restrição: Houve um incremento significativo, passando de R\$ 2.487.748,43 em 2024 para R\$ 3.381.757,53 em 2025. Esse valor representa recursos ainda não utilizados ou em fase de execução.
- Recursos de Terceiros: Aumento para R\$ 1.075.201,03, comparado aos R\$ 896.348,84 do ano anterior.
- Receitas Futuras: Crescimento expressivo de R\$ 43.108,91 para R\$ 158.839,96.

Na tabela abaixo observa-se a variação das contas registradas no circulante:

Conta	2025	2024	Variação (%)
Fornecedores Nacionais	49.354,39	42.860,32	15,15%
Obrigações Previdenciárias	265.242,22	170.636,10	55,44%
Obrigações com Pessoal	21.001,42	5.418,87	287,56%
Provisão de Férias	114.892,32	106.469,87	7,91%
Recursos Públicos - Com restrição	3.381.757,53	2.487.748,43	35,94%
Recursos de Terceiros	1.075.201,03	896.348,84	19,95%
Receitas Futuras	158.839,96	43.108,91	268,46%
Total Circulante	5.066.288,87	3.752.591,34	35,01%

13. Fornecedores

As obrigações com fornecedores referem-se, substancialmente, à aquisição de matérias-primas, serviços tomados para a manutenção das atividades operacionais da Confederação.

Estas obrigações são mensuradas pelo seu valor original, sendo reconhecidas pelo regime de competência no momento da entrega dos bens ou da prestação dos serviços, independentemente da data de vencimento da fatura. Para esse exercício estão demonstrados desta forma:

	2025	2024
Fornecedores PJ	17.619,62	31.255,84
Fornecedores PF	31.734,77	11.604,48
Total	49.354,39	42.860,32

14. Obrigações Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão demonstradas pelo valor de custo e são atualizadas monetariamente quando aplicável. A composição dos saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 é a seguinte:

	2025	2024
Tributos Federais - Guia Única Federal	252.347,29	156.839,26
FGTS a recolher	12.894,93	13.796,84
Total	265.242,22	170.636,10

15. Obrigações com Pessoal

Compreende os valores das obrigações referentes a bolsa atleta:

	2025	2024
Bolsa Atleta	21.001,42	5.418,87
Total	21.001,42	5.418,87

16. Recursos Públicos com Restrição

Os saldos registrados no Passivo Circulante, sob a rubrica "Convênios e Subvenções a Aplicar", referem-se a recursos financeiros recebidos de entes governamentais para a execução de projetos específicos.

Em conformidade com as normas contábeis (como a NBC TG 07 para empresas ou ITG 2002 para entidades sem fins lucrativos), esses recursos são inicialmente reconhecidos como um passivo em virtude das condições de execução e prestação de contas vinculadas ao repasse.

Critério de Reconhecimento

A receita é apropriada ao Resultado do exercício seguindo o Regime de Competência, na exata proporção dos custos e despesas incorridos na execução do objeto pactuado. Caso o recurso seja destinado à aquisição de ativos imobilizados, a receita é reconhecida ao longo da vida útil do bem, via depreciação.

A composição dos saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 no Passivo Circulante é a seguinte:

	2025	2024
Recursos Loterias - COB (Adiantamento)	862.770,80	934.989,63
Convênios - CPB	391.846,41	259.566,46
Lei de Incentivo - (Contas Bloqueadas)	721.119,50	652.151,99
Ministério do Esporte (Contas Bloqueadas)	705.458,27	641.040,35
Lei de Incentivo ao Esporte - 2025	500.638,15	-
Programa de Apoio as Confederações - COB	199.924,40	-
Totais do Passivo Circulante	3.381.757,53	2.487.748,43

17. Recursos de Terceiros

Os valores registrados no passivo referem-se a recursos recebidos de patrocinadores, destinados à execução de projetos ou eventos específicos.

A receita correspondente será reconhecida no resultado à medida que os recursos forem efetivamente aplicados e as etapas do projeto forem realizadas, respeitando o regime de competência.

18. Receitas Futuras

Valores registrados em razão das mensalidades, acordos e remessas com as Federações. Em atendimento aos princípios contábeis vigentes, especialmente o regime de competência, a entidade reconhece como receitas futuras os valores decorrentes de mensalidades, acordos e remessas junto às federações.

As mensalidades a receber correspondem aos valores devidos pelas entidades filiadas, com base em obrigações periódicas estabelecidas em regulamento próprio. Tais valores são registrados no ativo como direitos a receber, sendo reconhecidos como receita no resultado à medida em que ocorre o período de competência a que se referem.

Os acordos referem-se a valores negociados com federações que possuem débitos. Esses acordos estabelecem prazos e condições específicas para quitação, podendo incluir parcelamentos. Os montantes são registrados contabilmente como ativos realizáveis, sendo a receita reconhecida conforme o cumprimento das condições pactuadas e a efetiva probabilidade de recebimento.

	2025	2024
Acordos	97.682,78	2.550,81
Mensalidades	21.080,00	14.627,29
Remessas para Federações	40.077,18	25.930,81
Totais Passivo Circulante	158.839,96	43.108,91

19. Passivo Não Circulante

A composição dos saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 no Passivo Não Circulante, são referentes a aquisição de ativos imobilizados com recursos restritos, a receita é reconhecida ao longo da vida útil do bem, via depreciação.

O grupo apresentou uma redução acentuada de 82,4%, fechando o exercício de 2025 com R\$ 198.169,71 contra R\$ 1.128.361,91 em 2024.

A principal causa dessa redução foi a baixa do imobilizado, que caiu de R\$ 1.001.769,10 para R\$ 22.476,61, este registrado na conta Receitas Futuras - Imobilizado CPB.

	2025	2024
Receitas Futuras - Imobilizado Rec. Loterias (COB)	175.693,10	126.592,81
Receitas Futuras - Imobilizado CPB	22.476,61	1.001.769,10
Totais do Passivo Não Circulante	198.169,71	1.128.361,91

20. Patrimônio Líquido

Os resultados (superávits ou déficit) apurados anualmente são incorporados (absorvidos) à conta de patrimônio social, quando de sua aprovação, pela Assembleia Geral, das prestações de contas do Conselho de Administração, e em linha com a resolução CFC Nº 1409/12. No exercício de 2025 foi apropriado respectivamente ao patrimônio social da Entidade um superávit de R\$ 940.919,86, em 2024 o superávit foi de R\$ 581.141,59.

21. Ajustes de Exercícios Anteriores

São ajustes no montante de R\$ 200.570,31, realizados nos projetos junto ao COB e CPB, após o encerramento do exercício anterior.

22. Demonstração de Resultados do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi elaborada em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em especial a ITG 2002 (R1).

As receitas foram reconhecidas pelo regime de competência e compreendem ingressos provenientes de convênios, receitas próprias, captação de recursos de terceiros e outras receitas. Os recursos são segregados entre com restrição e sem restrição, conforme a existência de vinculação específica quanto à sua aplicação.

No exercício de 2025, a entidade recebeu recursos com restrição oriundos do Comitê Olímpico do Brasil (COB), no montante de R\$ 10.685.858,48, e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), no valor de R\$ 3.220.631,32, totalizando R\$ 13.906.489,80. Tais recursos possuem destinação específica vinculada a projetos e atividades previamente aprovados.

As receitas com restrição são reconhecidas no resultado à medida em que os respectivos recursos são aplicados nas finalidades a que se destinam. Dessa forma, considerando que a totalidade dos recursos restritos recebidos no exercício foi integralmente aplicada nas despesas correspondentes no mesmo período, **o efeito líquido dessas operações no resultado foi nulo.**

As demais receitas e despesas referem-se a **recursos sem restrição**, sendo estes reconhecidos e apropriados pelo regime de competência. No exercício de 2025, a entidade apurou superávit bruto de R\$ 26.548.588,24 (R\$ 21.354.858,73 em 2024) e total de despesas de R\$ 25.883.885,97 (R\$ 20.766.272,32 em 2024). Após o resultado financeiro, o superávit do exercício totalizou R\$ 940.919,86 (R\$ 581.141,59 em 2024).

Dessa forma, o resultado do exercício reflete substancialmente as operações com recursos sem restrição, evidenciando o desempenho econômico da entidade e a adequada aplicação dos recursos, em conformidade com suas finalidades institucionais e com as práticas contábeis vigentes.

23. Provisões para Processos Judiciais

A CBH consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos declara que os processos acompanhados pelos escritórios em que a CBH em parte, são de natureza judicial ou administrativa, tendo em 31/12/2025 as situações abaixo descritas:

- (i) Para os processos que não possui natureza judicial, mas, sim, administrativa – em trâmite no Tribunal de Contas da União, temos a seguinte posição.

Processo nº 020.951/2020-5

Em 2023 processo sobrestado, com fundamento no art. 11, caput, da Lei 8.443/92, c/c o art.157 do Regime Interno do TCU, até que a Corte de Contas aprecie definitivamente o pedido de reexame impetrado no processo 017.107/2015-6. **Em 2024** Retirado o sobrestamento do processo. Houve pronunciamento da Unidade Técnica e o processo agora aguarda ser pautado para deliberação definitiva dos Ministros do TCU.

Em 2025, O resultado do julgamento do Processo de Monitoramento nº 020.951/2020-5, ocorrido na Sessão Plenária de 02/04/2025.

As determinações que haviam sido expedidas à CBH foram consideradas cumpridas, e foi dada ciência à entidade de que " a prática de reembolso, realizada por meio da emissão de cheques em nome da própria conveniente,

configura transferência de recursos da conta corrente específica do convênio para outra conta, o que compromete a transparência na prestação de contas. Essa prática dificulta a verificação do nexo de causalidade entre as despesas realizadas e o objeto do convênio, sendo considerada irregular nos termos do Acórdão 4.478/2015-TCU-1ª Câmara, Acórdão 1.934/2009-TCU-Plenário, além de violar dispositivos da Lei 9.615/1998 (art. 18-A, incisos IV e VII, “c”).”

24. Receita Operacional Líquida

As receitas do Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro são aprovadas com base em regras de distribuição de recursos entre as Confederações Olímpicas e Paraolímpicas. Os recursos são registrados em contas correntes individuais e específicas por ano.

A CBH ainda não obteve aprovação definitiva de todas as prestações de contas referentes aos convênios e repasses de recursos que financiaram os projetos da Entidade em anos anteriores, ainda em análise pelo Ministério do Esporte e Comitê Olímpico Brasileiro – COB. Eventuais glosas possíveis de serem identificadas após a análise da prestação de contas pelos órgãos e entidades responsáveis pelo processo de verificação e aprovação dos respectivos gastos, só serão reconhecidas quando da conclusão destas análises.

A receita de recursos próprios advém de taxas de concursos, mensalidades, registros, emissão de selos e passaportes de equinos, dentre outras. Ainda em Recursos Próprios são contabilizados os valores recebidos de atletas para repasse à Federação Equestre Internacional.

	2025	2024
Recursos públicos (receita com restrição)		
Recursos do Comitê Olímpico do Brasil	10.685.858,48	10.212.374,84
Recursos do Comitê Paralímpico Brasileiro	3.220.631,32	3.255.568,81
Total receita com restrição	13.906.489,80	13.467.943,65
Recursos próprios		
Recursos Ordinários	5.673.892,79	4.700.503,06
Recursos de Terceiros	6.968.205,65	3.186.412,02
Total receita sem restrição	12.642.098,44	7.886.915,08
Receita Operacional Líquida	26.548.588,24	21.354.858,73

25. Custo Operacional

Estas despesas estão segregadas entre a atividade fim e atividade meio da organização.

	2025	2024
Eventos Esportivos	14.143.779,48	12.878.286,83
Despesas Operacionais Esportivas	3.495.006,75	1.488.130,38
Total	17.638.786,23	14.366.417,21
Despesas com Empregados	2.080.755,52	2.276.877,28
Despesas Sociais	389.226,17	391.795,35
Total	2.469.981,69	2.668.672,63
Despesa Com Pessoal Liquida	20.108.767,92	17.035.089,84

26. Despesas Gerais e Administrativas

	2025	2024
Despesas Gerais	2.364.588,52	1.118.826,17
Despesas com Terceiros	2.738.448,13	1.840.966,93
Despesas com Viagens	257.838,26	292.036,76
Despesas Tributárias	376.897,64	466.698,77
Despesas não operacionais	37.345,50	12.653,85
Total	5.775.118,05	3.731.182,48

27. Resultado Financeiro Líquido

Expressa os rendimentos oriundos da aplicação de recursos classificados como próprios, deduzidos do imposto de renda pagos em aplicações financeiras.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	341.818,30	111.155,41
Outras receitas financeiras	41.134,99	-
Total de receitas financeiras	382.953,29	111.155,41
Despesas financeiras		
Despesas Financeiras	(106.735,70)	(118.600,23)
Total de despesas financeiras	(106.735,70)	(118.600,23)
Total do resultado financeiro	276.217,59	(7.444,82)

28. Resultado por Natureza

A Confederação apresentou a demonstração do superávit do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada em finalidade. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do superávit do exercício são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Despesas Esportivas	14.143.779,48	12.878.286,83
Estrutura Esportiva	2.716.157,00	1.990.135,50
Premiação Eventos	731.004,01	683.482,00
Inscrições Eventos	665.706,28	599.367,98
Despesas Eventos Esportivos	10.030.912,19	9.605.301,35
Despesas Operacionais Esportivas	3.495.006,75	1.488.130,38
Atletas	394.824,26	320.744,58
Animais	357.817,22	249.427,54
Despesas Técnicas	1.246.445,15	849.773,13
Entidades	187.368,76	68.185,13
Despesas com Colaboradores ⁽¹⁾	631.244,88	-
Despesas Tributárias ⁽²⁾	677.306,48	-
Despesas com Pessoal	2.469.981,69	2.668.672,63
Despesas com Colaboradores	2.080.755,52	2.276.877,28
Despesas Sociais	389.226,17	391.795,35
Despesas Operacionais	5.811.300,11	3.718.528,63
Despesas Gerais	2.364.588,52	1.118.826,17
Despesas com Terceiros	2.738.448,13	1.840.966,93
Despesas com Viagens	257.838,26	292.036,76
Despesas Tributárias	450.425,20	466.698,77
Despesas Não Operacionais	37.345,50	12.653,85
Despesas Exercícios Anteriores	37.345,50	12.653,85
Total	25.957.413,53	20.766.272,32

1 - Despesas com colaboradores - No exercício de 2025, a Entidade promoveu uma readequação em seu Plano de Contas. Esta mudança visa atender ao princípio da evidenciação, destacando especificamente os investimentos realizados no corpo técnico e operacional da Área Esportiva.

A conta de "**Despesas com Pessoal**" (**Área Esportiva**) apresenta o saldo de **R\$ 631.244,88** no exercício atual e saldo nulo (–) no exercício anterior.

Essa variação não representa a inexistência de gastos no ano anterior, mas sim uma **reclassificação contábil**.

2 - Despesas Tributárias - A rubrica de Despesas Tributárias, no montante de **R\$ 677.306,48**, refere-se predominantemente aos tributos incidentes sobre as **operações de câmbio** realizadas pela Confederação ao longo do exercício.

Para fins de melhor evidenciação e transparência sobre as transações internacionais/financeiras, a entidade optou por destacar esses valores em conta específica no presente exercício.

29. Cobertura de Seguros

A Confederação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade, assim como para terceiros quando em viagens para prestação de serviços.

30. Instrumentos Financeiros

- (i) Riscos de instrumentos financeiros
O risco de crédito é o risco principal da Confederação (risco de a contraparte não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro). Os instrumentos financeiros, que expõem a Confederação ao risco de concentração de crédito, consistem em equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições de mercado e de risco. A CBH tem critérios contábeis para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e, a entidade apresenta aplicações financeiras em instituições financeiras consideradas como de primeira linha.
- (ii) Categorização e valorização de instrumentos financeiros
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Confederação possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber, categorizados como mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e fornecedores. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se de seus valores de mercado e estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e dos juros atualizados até a data dos balanços.
- (iii) Derivativos
A Confederação não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco durante os exercícios de 2025 e de 2024.

31. Compromissos e Outras Obrigações

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos,

taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

32. Eventos Subsequentes

A Administração avalia a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nesta demonstração financeira.

CONSTANTINO
SCAMPINI:384
02505872

Assinado de forma digital
por CONSTANTINO
SCAMPINI:38402505872
Dados: 2026.03.24
09:32:05 -03'00'

JOSE LUIS
MARTIN
OITAVEN:34
492100768

Assinado de forma
digital por JOSE LUIS
MARTIN
OITAVEN:34492100768
Dados: 2026.03.24
08:37:58 -03'00'

Constantino Scampini
Presidente

Jose Luis Martin Oitaven
TC - CRC/RJ 036216-1